

**A CHEGADA DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA NA REGIÃO DO MÉDIO RIO
AMAZONAS**

**THE ARRIVAL OF THE AMAZONIAN GENERAL LANGUAGE IN THE MIDDLE
AMAZON RIVER REGION**

**LA LLEGADA DE LA LENGUA GENERAL AMAZÓNICA A LA REGIÓN MEDIO
RIO AMAZONAS**

Michéli Carolíni de Deus Lima Schwade¹ <https://orcid.org/0000-0002-9852-8561>

Keila Ferreira Baraúna² <https://orcid.org/0009-0009-5118-769X>

Tiago Maiká Müller Schwade³ <https://orcid.org/0000-0002-4770-2259>

RESUMO

O objetivo do artigo é compreender a Língua Geral Amazônica na região do Médio Rio Amazonas, mais precisamente nos municípios de Parintins e Barreirinha, no Estado do Amazonas. Inicialmente, buscamos compreender a chegada da Língua Geral Amazônica no Médio Rio Amazonas, considerando os relatos de cronistas e missionários como Acuña (1641), Bettendorff (1687) e Daniel (1776). Por fim, buscamos apresentar traços históricos e geográficos que nos ajudam contextualizar a Língua Geral Amazônica naquela região.

Palavras-chave: Língua Geral Amazônica. Nheengatu. Médio Rio Amazonas. Relatos de Cronistas.

ABSTRACT

The objective of the article is to understand the Amazonian General Language in the region of the Middle Amazon River, more precisely in the municipalities of Parintins and Barreirinha, in the State of Amazonas. Initially, we sought to understand the arrival of the Amazonian General Language in the Middle Amazon River, considering the reports of chroniclers and missionaries such as Acuña (1641), Bettendorff (1687) and Daniel (1776). Finally, we seek to present historical and geographical features that help us to contextualize the Amazonian General Language in that region.

Keywords: Amazonian General Language. Nheengatu. Middle Amazon River. Reports of Chroniclers.

¹ Doutora em Linguística – Unicamp. Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: michelicarol@yahoo.com.br

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas – PPGL/UFAM. E-mail: keilaferreira6529@gmail.com

³ Doutor em Geografia Humana – USP. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: maika@ufam.edu.br

RESUMEN

El objetivo del artículo es comprender la Lengua General Amazónica en la región del Amazonas Medio, más precisamente en los municipios de Parintins y Barreirinha, en el Estado de Amazonas. Inicialmente, buscamos comprender la llegada de la Lengua General Amazónica al Medio Amazonas, considerando los relatos de cronistas y misioneros como Acuña (1641), Bettendorff (1687) y Daniel (1776). Finalmente, buscamos presentar rasgos históricos y geográficos que nos ayuden a contextualizar la Lengua General Amazónica en esa región.

Palabras clave: Lengua General Amazónica. Nheengatu. Río Amazonas Medio. Informes de los cronistas.

INTRODUÇÃO

A Língua Geral Amazônica (LGA), ou Nheengatu, é uma língua da família Tupi-Guarani. Ela foi a língua da colonização portuguesa na Amazônia a partir do século XVII, desenvolvendo-se do contato da língua falada pelos Tupinambá, no Maranhão e Grão Pará, com a língua portuguesa e outras línguas indígenas. Rodrigues (1993, p. 97) afirma que essa língua “alcançou notável expansão geográfica no século XVIII, tendo sido língua dominante desde o Maranhão até o Alto Rio Amazonas e ao longo dos principais afluentes deste rio”. Até o século XIX, seu grande domínio foi no vale do rio Amazonas e nos vales dos principais afluentes, sendo considerada língua franca nas missões jesuíticas e, posteriormente, nas vilas e cidades que se desenvolveram a partir das missões.

Durante esses três séculos a LGA foi fator determinante na construção das cidades na calha do rio Amazonas. Como resultado da política linguística tão intensa no período colonial, ainda hoje há falantes espalhados por toda a região. Atualmente, a abrangência está quase restrita ao Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas, onde exhibe grande vigor, falada majoritariamente pelos Baré, Baniwa do Baixo Rio Içana e Warekena do Rio Xié. Em São Gabriel da Cachoeira, município da região, o Nheengatu é língua cooficial⁴. Entretanto, podemos encontrar variedades atuais da língua em diferentes municípios do estado do Amazonas (CRUZ, SILVA, LIMA SCHWADE, 2021).

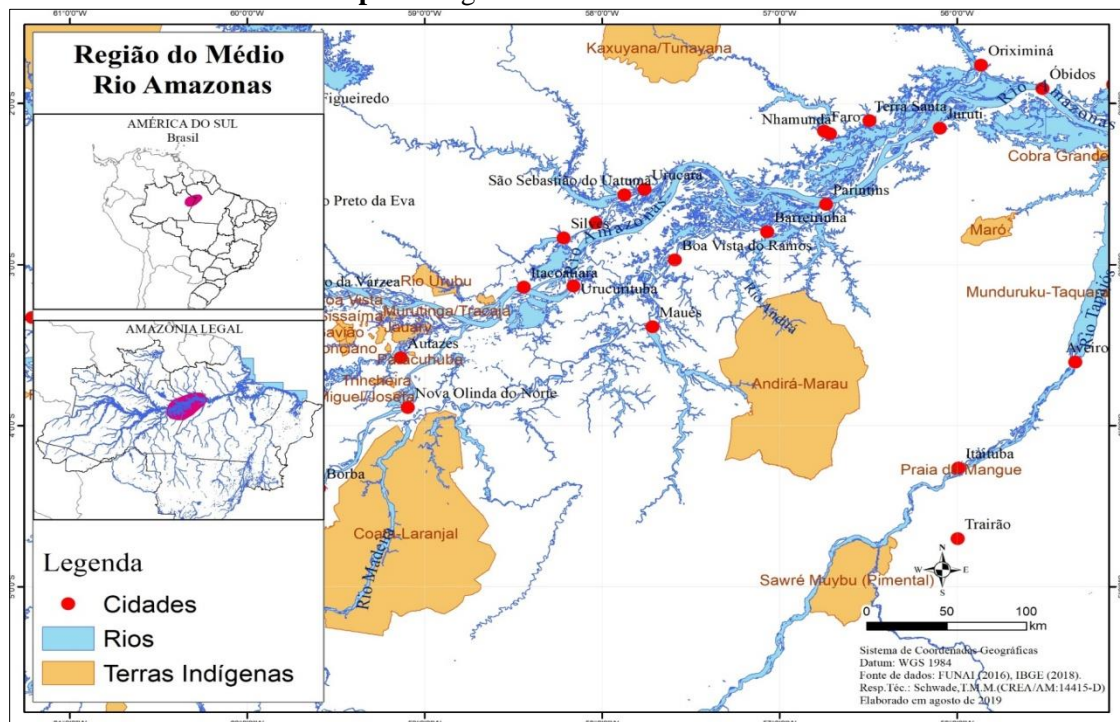
O objetivo do artigo é compreender a chegada da Língua Geral Amazônica (LGA) na região do Médio Rio Amazonas, mais precisamente os municípios de Parintins e Barreirinha, no Estado do Amazonas (Mapa 1).

⁴ O município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, a partir de uma legislação municipal, cooficializou três línguas indígenas. Tukano, Nheengatu e Baniwa são línguas cooficiais do município, junto com a língua portuguesa, de acordo com as leis No. 145 de dezembro de 2002 e No. 210 de outubro de 2006.

Essa escolha de buscar a história da chegada dessa língua na região do Médio Rio Amazonas partiu da possibilidade de estudar uma variedade desta língua em um lugar onde houvesse outras línguas indígenas pertencentes ao mesmo tronco linguístico da LGA (o Tupi), tendo em vista que, na região do Alto Rio Negro, onde ela se mantém muito forte até hoje, não há registros de outras línguas indígenas do tronco Tupi. Nossa escolha pela variante do Médio Rio Amazonas teve como base registros do Nheengatu na região e de seu contato com o Sateré-Mawé, língua do povo Sateré-Mawé, pertence também ao tronco tupi, família Mawé (SILVA, 2010; LIMA SCHWADE 2021).

Como mencionamos, a maior abrangência da Língua Nheengatu atualmente é em São Gabriel da Cachoeira. Apesar de haver registros de variedades em outras regiões do estado, quando mencionado que há falantes da língua em Parintins e em Barreirinha, há um certo estranhamento. É importante registrar que nesta região está localizada a Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, do povo Sateré-Mawé, como também pode ser visto no Mapa 1. A terra indígena foi homologada pelo Decreto 93.069, de 7 de agosto de 1986, localizada entre os estados do Amazonas e Pará, abrangendo os municípios de Maués, Parintins e Barreirinha, no Amazonas, e Itaituba e Aveiro, no Pará. De acordo com Silva (2010, p. 50), os principais rios da TI são o Marau, o Miriti, o Urupadi, o Manjuru, o Andirá e o Uaicurapá.

Mapa 1: Região do Médio Rio Amazonas.



Fonte: Lima Schwade (2021). Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade em 2019.

Por conta da localização da TI Andirá-Marau, é comum evidenciarem a existência da Língua Sateré-Mawé na região, deixando em apagamento as outras línguas indígenas. Porém, em diversos estudos sobre línguas indígenas faladas na região, registrou-se a presença do Nheengatu. Silva (2010), por exemplo, fez um levantamento da influência do Nheengatu no léxico do Sateré-Mawé. Lima Schwade (2014 e 2021) também registrou a relação entre essas línguas indígenas na região.

Os falantes de Língua Geral Amazônica (LGA) estão presentes na região do Médio Rio Amazonas. Essa língua foi falada intensamente nas calhas do rio Amazonas durante o processo de colonização portuguesa no Amazonas. Assim, podemos encontrar falantes dessa língua com diferentes perfis: indígenas que falam LGA como primeira e/ou segunda língua; não-indígenas que aprenderam a língua após a aquisição do português.

Lima Schwade (2021) registrou na região do Médio Rio Amazonas pessoas que aprenderam a língua Nheengatu como primeira língua, ou seja, tendo esta língua indígena como língua materna.

Esse conhecimento da chegada da LGA na região é importante, pois ajuda aos falantes da língua entenderem a sua origem e fortalecerem seus laços linguísticos e culturais com a região onde nasceram e cresceram.

CHEGADA DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA NA REGIÃO DO MÉDIO RIO AMAZONAS

Procuramos conhecer como foi a entrada da Língua Geral Amazônica (LGA) na região do Médio Rio Amazonas, considerando os relatos de Acuña (1641), Bettendorff (1687), Moraes (1759) e Daniel (1776), bem como de autores mais recentes. De acordo com esses cronistas e missionários, a LGA chegou à ilha Tupinambarana⁵ com os indígenas vindos de Pernambuco, fugidos da colonização portuguesa na costa do Brasil, chegando à Região Amazônica pelo rio Madeira.

Fernandes (1963, p. 54) afirma que “a fixação dos grupos tribais Tupí na Ilha de Tupinambarana parece ter ocorrido ao mesmo tempo que o povoamento do Maranhão e Grão-Pará” e a migração acontecia do “Estado do Brasil”, e não do “Estado do Maranhão”, ou seja, vinham da costa, conforme os relatos de Acuña⁶.

⁵Atual Parintins, município do Estado do Amazonas.

⁶ Segundo Alfred Métraux (1927, p. 23), “Seu estabelecimento na Amazônia provavelmente ocorreu no início do século XVII. Acuña conseguiu obter informações exatas sobre a geografia do Madeira que lhe foram dadas pelos que haviam descido seu curso: disseram que esse rio era o caminho mais curto para chegar aos rios que correm na região de Potosi. Essa indicação é uma das melhores provas da autenticidade dessa migração”.

Sobre o estabelecimento na região da ilha Tupinambarana, Heriarte⁷ ([1662] 1874, p. 40-41) relata que

havendo caminhado muito tempo chegaram àquelle sitio, que acharam abundante, e cheio de Indiosnaturães; e por ser bom o sitiaram e conquistaram os seus naturaes, avassalando-os, e com o tempo se cazaram uns com os outros, e se aparentaram; mas nam deixam de conhecer os naturaes a superioridade que os Tupinambaranas teennelles.

Nesse trecho, Heriarte interpreta a relação que os indígenas vindos da costa tiveram ao encontrar com os da região. Eles teriam imposto uma subordinação dos “naturaes” aos Tupinambaranas, segundo o autor, entretanto, posteriormente, estabeleceram parentesco por casamento. Acuña ([1641] 1994, p. 173) também já havia mencionado a postura belicosa desses índios:

São gente de grande brio na guerra, e bem o mostraram os que chegaram a estas paragens onde atualmente vivem, pois sendo eles, sem comparação, menos numerosos que os nativos deste rio de tal sorte fustigaram e submeteram todos aqueles com quem tiveram guerras que, consumindo nações inteiras, obrigaram outras a deixar suas terras e ir peregrinar por terras estranhas.

Alguns missionários descreveram o início dos aldeamentos jesuíticos. Como vimos, Bettendorff ([1687] 1990) narra como a Aldeia Tupinambarana se estabeleceu como missão. Já Daniel ([1776] 2004, p. 368), ao tratar da mesma missão, descreve inicialmente as características da nação Tupinambarana na Região Amazônica:

é muito parenta da dos tupinambás, senão é a mesma com alguma corrupção da língua pela comunicação de outras nações. Tinha esta nação o seu domicílio em uma grande ilha, que forma o Amazonas na foz do rio Madeira, que deles tomou o nome da ilha dos Tupinambaranas.

Neste trecho, notamos novamente o olhar do Pe. Daniel sobre a língua falada por esses indígenas, evidenciando a relação da Língua Geral Amazônica com a dos tupinambás. Sobre a missão e os descimentos⁸, Daniel relata a densidade populacional da aldeia e a insatisfação dos índios quanto à mudança para o rio Tapajós:

⁷De acordo com Baldus (1954, p. 304), a ‘Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas’, escrita por Mauricio de Heriarte é uma valiosa contribuição seiscentista do norte do Brasil. Ela foi publicada pela primeira vez em 1874. Entretanto, suas referências devem ter sido coletadas quando foi ouvidor-geral, provedor-mor e auditor em 1622.

⁸Os descimentos faziam parte da política indigenista colonial. As expedições de descimentos tinham como objetivo ‘descer’ compulsoriamente a população indígena da sua aldeia de origem para as missões, a fim de dividi-la como mão-de-obra indígena entre os colonos, os missionários e o serviço da Coroa Portuguesa (BARROS, 2003; FREIRE, 2004)

dela [da ilha] desceram muitos para algumas missões; os mais se aldearam na mesma ilha em uma populosa missão. Porém, sentindo os seus missionários alguns inconvenientes na dita ilha, se resolveram a mudar sítio para o rio Tapajós, onde ainda existe algum resto na missão de Santo Ignácio, ainda que contra a vontade dos índios, que antes queriam a sua ilha, e pátria; e além de ser pátria, é muito farta, e abundante de peixe e caça; e por esta oposição na mudança ficaram muitos dispersos pela ilha (DANIEL, [1776] 2004, p. 368).

Heriarte (1874, p. 40) descreve a Província dos Tupinambaranas situada em terra plana sobre o rio Amazonas, com um clima quente e doentio, por estar debaixo da Linha do Equador. Segundo o autor, por falarem a língua geral, os Tupinambaranas eram intérpretes quando os portugueses iniciavam contato com outras nações indígenas do mesmo rio que falavam outras línguas. Além disso, Heriarte afirma que a aldeia deles era ponto onde as tropas se organizavam para entrar no sertão.

No século XVIII, o padre José de Moraes ([1759] 1987, p. 360-361) também descreveu o lugar onde a Aldeia dos Tupinambaranas se estabeleceu:

Tornando abaixo da parte do sul das Amazonas, e subindo dos Tapajós, onde ficamos até a boca de um braço do rio da Madeira chamado Paraná-Mirim, são sessenta léguas de distância. A boca deste Paraná-Mirim terá de largura duzentas braças, e de comprimento até a margem do rio da Madeira serão sessenta léguas. Este rio Paraná-Mirim se forma de quatro rios pequenos que desembocam nele todos da parte esquerda; o primeiro se chama Andirá, que dista da boca seis léguas; o segundo, Maguês, que dista do Andirá quinze léguas; o terceiro, Abacaxis, que dista do Maguês vinte léguas; e o quarto, Canumã, que dista do Abacaxis oito léguas; e deste Canumã à margem do rio da Madeira serão seis léguas. E fica sendo a terra da parte direita deste rio Paraná-Mirim uma ilha formada deste Paraná-Mirim, Amazonas e Madeira. Nesta ilha sobre as Amazonas acima da boca do Paraná-Mirim cinco léguas se fundou primeiro a aldeia dos tupinambaranas, que ainda hoje se chama Tapera, que quer dizer *lugar que foi dos tupinambaranas*.

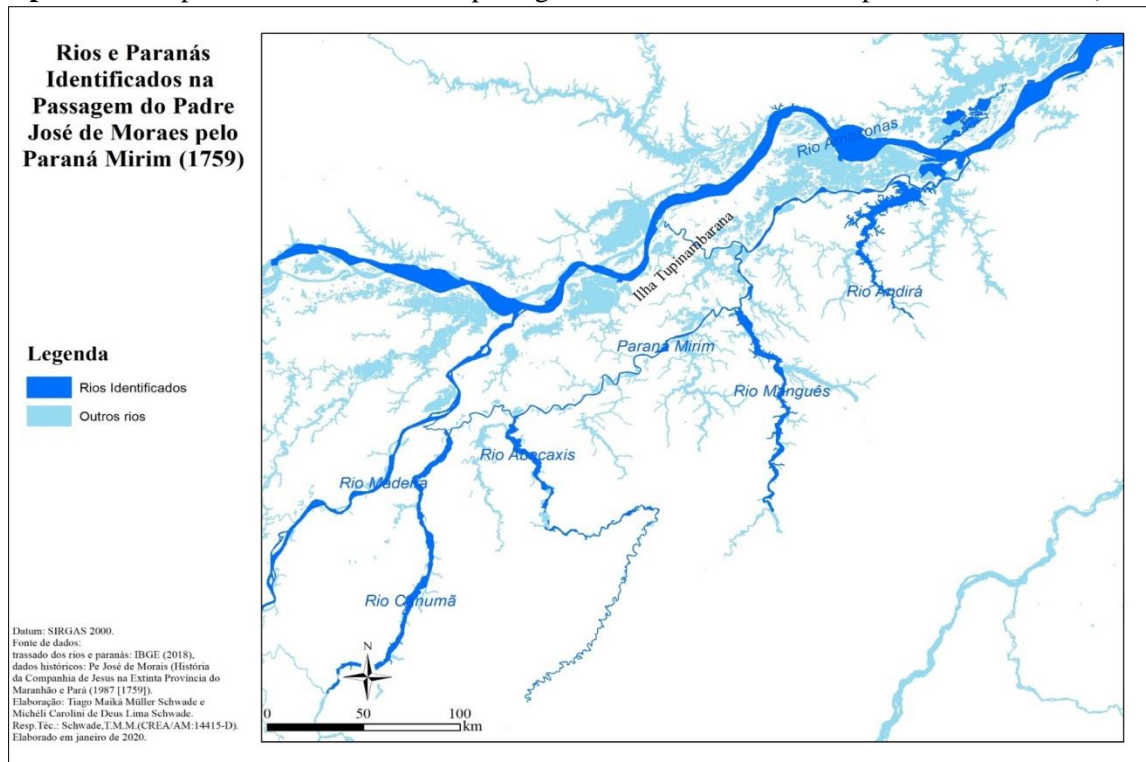
No trecho, observamos a importância do Paraná-Mirim para o entendimento da área estudada, pois é a partir dele que rios importantes para a navegação e comunicação entre a população amazonense daquela região são interligados. O mapa 2, produzido a partir desse trecho do Pe. José de Moraes ([1759] 1987), ajuda a compreender essa dinâmica fluvial.

Atualmente, a extensão do Paraná-Mirim entre o rio Amazonas e o rio Madeira, descrito por Moraes ([1759] 1987), recebe três nomes: Paraná do Ramos, Paraná Urariá e Paraná Canhumã. Dos rios citados, somente o Manguês mudou o nome para Maué-Açu. O Mapa 3, a seguir, ilustra esse trecho citado pelo Pe. José de Moraes ([1759] 1987), mas com os nomes atuais dos rios e paranás.

Após a descrição do primeiro local da aldeia Tupinambarana, Moraes ([1759] 1987), assim como Bettendorff ([1687] 1990, p. 36), relata as duas outras mudanças da missão, para um lago do rio Andirá e posteriormente para o rio Tapajós. Entre essas duas últimas

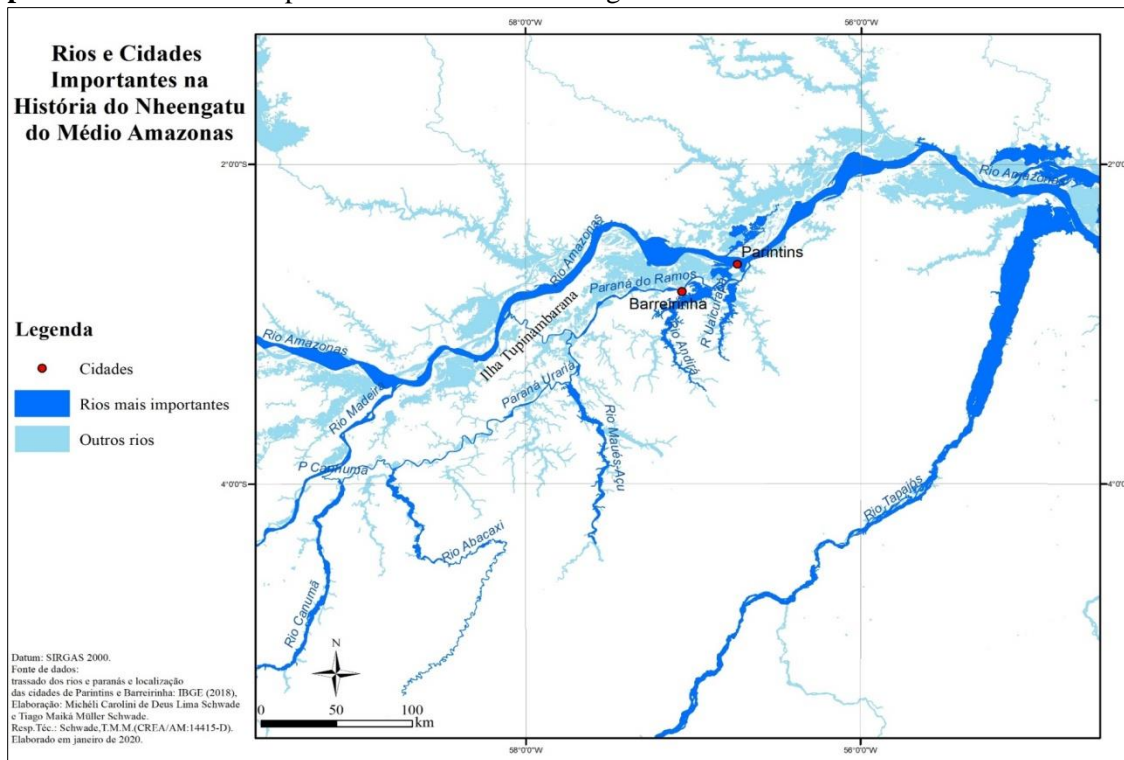
mudanças, Serafim Leite (1943a, p. 386) afirma que, em 1730, a aldeia dos Tupinambaranas contava com 495 indígenas, dos quais 284 eram catecúmenos, ou seja, prontos para o batismo, indicando um grande percentual de indígenas que se doutrinava na aldeia e que, em 1737, teria acontecido a última mudança para o rio Tapajós, com invocação de Santo Inácio.

Mapa 2: Rios e paranás identificados na passagem do Pe. José de Moraes pelo Paraná Mirim (1759).



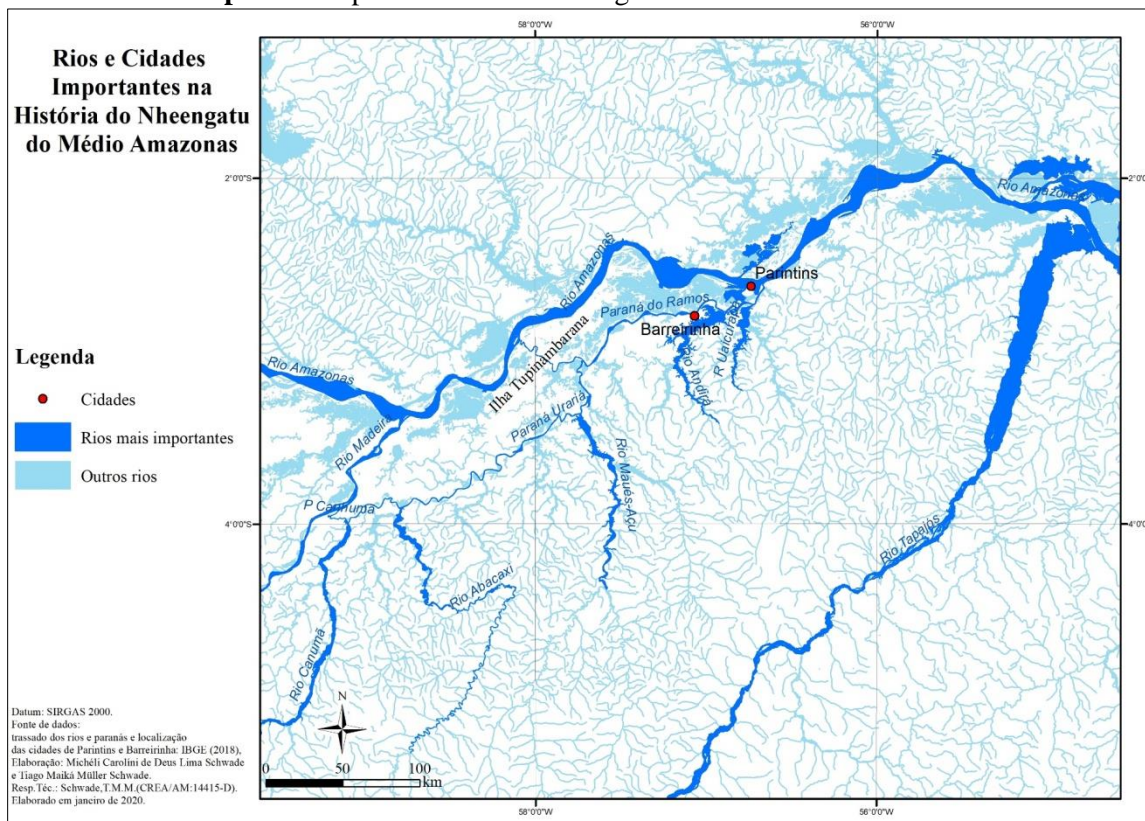
Fonte: Lima Schwade (2021). Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade e Michéli Carolíni de Deus Lima Schwade em 2020.

Mapa 3: Rios e cidades importantes na história da Língua Geral Amazônica no Médio Rio Amazonas.



Fonte: Lima Schwade (2021). Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade e Michéli Carolíni De Deus Lima Schwade em 2020.

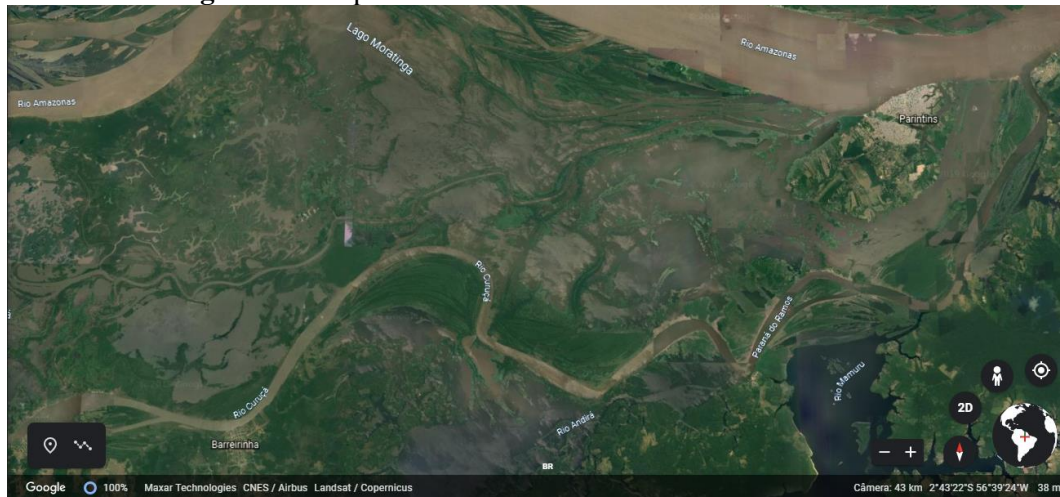
Mapa 4: Complexidade fluvial da região do Médio Rio Amazonas.



Fonte: Lima Schwade (2021). Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade e Michéli Carolíni de Deus Lima Schwade em 2020.

Por fim, Leite (1943a) expõe a complexidade fluvial da região, intitulada como ‘labirinto aquático’, onde há uma infinidade de furos, alguns navegáveis apenas no inverno, como podemos observar no Mapa 4. Na figura abaixo (Figura 1), retirada do Google Earth, uma composição de imagens de satélites ilustra o complexo fluvial entre Parintins e Barreirinha.

Figura 1: Complexidade fluvial entre Parintins e Barreirinha.



Fonte: Google Earth (2021).

Buscamos, ainda, informações sobre a Missão do Andirá. Serafim Leite (1943a) cita uma lista geral das Aldeias de 1678, na qual aparece uma única aldeia na região com o nome de Santa Cruz dos Andirases, de que dependiam os Curiatós, sendo o primeiro registro da possível missão do Andirá.

O Pe. Bettendorff ([1687] 1990), ao relatar uma visita feita à aldeia Tupinambarana como superior da missão, cita a dos Andirazes. Com a chegada do Pe. António da Fonseca, em 1689, algumas aldeias da região ficaram sob sua responsabilidade. De acordo com Bettendorff, Fonseca comandava a missão dos Tupinambaranas e visitava as aldeias dos Andirazes e dos Curiatós. Naquele período, a Aldeia Tupinambarana era localizada em um lago, belo e espaçoso para Bettendorff, na confluência entre os rios Andirá e Amazonas. Conforme o autor:

“Assistia em aquellaaldêa [Tupinambarana] e de lá ia visitar as aldêas dos Andirazes para riba e as dos Curiatos para baixo, com muito zelo e trabalho, ensinando e formando-as até fazer nascer em ânimos daqueles bárbaros a fé de Christo, que elle primeiro de todos lhes manifestou” (BETTENDORFF [1687]1990, p. 498).

Em 1714, o Pe. Bartolomeu Rodrigues, missionário da Aldeia de Tupinambarana, escreve uma carta ao Pe. Jacinto de Carvalho com informações sobre os indígenas e

aldeamentos na região do Médio Rio Amazonas⁹. Inicialmente, lista as nações indígenas de alguns rios, como o Andirá: *Unaniá, Guaranaguá, Abuaturiá, Uipitiá, Riauíá, Acaicaniá, Pirapeiguá, Abuquá, Jacarauá, Piraguá, Piritiá, Aweteriá, Uemâtré*. Sobre os aldeamentos, Rodrigues cita quatro ‘domesticados’ situados nas enseadas dos rios Canumá, Guarinamá, Acuriatós e Andirás, entretanto não há registro do nome, só a localização. Além disso, relata os descimentos que realizou para a aldeia dos Tupinambaranas e dos Andirás. Para a primeira, registrou 10 nações indígenas que foram ‘descidas’: *Arerutus, Comandis, Andirases, Japucuitabijaras, Puraiuaniá, Capiurematιά, Mujuariá, Monçaú, Sapopés e Ubuquaras*. Os índios desta última foram, na verdade, trazidos da missão dos Andirases para a Tupinambarana. Para a segunda aldeia, ‘desceram’ índios *Amoriá e Acaiuniá*. (LEITE, 1943a).

Os relatos dos padres Bettendorff, do século XVII, e Bartolomeu Rodrigues, do século XVIII, indicaram a existência da aldeia dos Andirazes, mas a reduzida informação sobre a localização e as características do lugar da missão, aliada à complexidade fluvial da região, não foi o suficiente para indicar com precisão a localização da missão do Andirá. Entretanto, no século XIX, encontramos registro do lugar onde estava localizada.

No primeiro trimestre de 1856, João Wilkens de Mattos publicou um artigo na *Revista do Instituto Geográfico do Brasil*, Tomo XIX, que tratava da Missão do Andirá. No trabalho, intitulado ‘Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas’¹⁰, o autor lista dados de seis missões, dentre elas a do Andirá, situando a missão no rio Tupinambaranas¹¹, porém, naquele momento, já era considerada extinta. Sobre a Missão do Andirá, o autor afirma que foi fundada em 1848 pela província do Pará e “reuniu mais de mil habitantes, entre índios já domesticados, guardas nacionais, que para ella se mudaram, etc” (MATTOS, 1856 p. 128). Em 23 de outubro de 1852, foi elevada a Curato Filial da Vila Bela de Imperatriz¹² e, em 17 de novembro de 1853, à freguesia do Andirá. Por fim, o missionário Frei Pedro de Ceriana, que era pároco da missão do Andirá, passou a ter exercício no rio Purus, seguindo uma resolução da presidência de 07 de janeiro de 1853.

Observamos que a transição entre a missão e a freguesia do Andirá, descrita por João Wilkens de Mattos em 1856, marca o início da cidade de Barreirinha. Apesar de Mattos ter

⁹ A carta do Padre Bartolomeu em 1714 apresenta diferentes etnias indígenas espalhadas pelos rios Madeira, Abacaxis, Canumã, Guarinamá, Mangués, Andirá, Mariacoã (Acuriató).

¹⁰ João Wilkens de Mattos explica que o artigo é um adendo do ‘Relatório da repartição dos negócios do império e do mapa estatístico dos aldeamentos’, apresentado à Assembleia Legislativa na 3ª. Sessão da 9ª. Legislatura por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, pois afirma que algumas informações no relatório precisavam ser esclarecidas.

¹¹ Atualmente, o rio Tupinambarana recebe o nome de Uiacurapá.

¹² Atual cidade de Parintins.

registrado a missão do Andirá como extinta, já em 1856, encontramos registros dessa aldeia nos relatórios da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas nos anos subsequentes¹³. No documento de 07 de setembro de 1858, encontramos um quadro de diretores das aldeias de índios da província. Na aldeia do Andirá, o diretor era o Pe. Manoel Justiniano de Seixas, titulado em 28 de maio de 1857. Em 1864, o comando era de Manoel Joaquim da Cruz. Contudo, as indicações no relatório relacionadas aos indígenas no Andirá não confirmam a continuação da missão, como aldeamento, e sim da freguesia do Andirá. Os dados apresentados confirmam apenas que havia um diretor que tratava da questão indígena nas diretorias da província.

Sobre a missão do Andirá, Nimuendajú ([1948] 1963, p. 246) relata que prosperou de 1848 a 1855, sob a direção do padre Pedro de Ceriana, apesar dos conflitos entre o missionário e as autoridades de Parintins. Como o estudo de Nimuendajú trata sobre os Mawé e Arapium, registra os índios da primeira etnia na missão do Andirá: “em 1849, tinha 507 Maue; em 1851, 570; e em 1852, 665, sem contar com um grande número de pessoas civilizadas”. Por fim, o autor cita que, em 1855, o lugar foi ocupado por um pároco, no caso, Pe. Manoel Justiniano de Seixas, citado como vigário da freguesia do Andirá em 1858, que é autor *do Vocabulário da Língua Indígena Geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*, de 1853.

Antes de assumir a aldeia no Andirá, Seixas foi visitador¹⁴ da Missão do Grão-Pará e Maranhão de 1717 a 1721 (LEITE, 1943b, p. 229). Plínio de Ayrosa (1954, p. 2014), ao comentar a obra do missionário, mencionou que o Pe. Seixas foi professor da cadeira de língua geral, no Seminário do Pará, criada por decreto em 10 de outubro de 1851, e que o vocabulário corresponde ao Nheengatu falado na Amazônia. Embora um histórico de Barreirinha, produzido pelo IBGE (2020a), aponte a chegada do padre na missão em 27 de outubro de 1851, ou seja, antes da publicação do vocabulário, o que indicaria o registro da variedade da língua no Andirá, não encontramos nenhum outro documento oficial registrando a chegada de Seixas antes da publicação do material.

¹³ O Projeto Latino-Americano de Materiais (LAMP) no Center for Research Libraries (CRL) digitalizou documentos de série do Poder Executivo emitidos pelo governo nacional do Brasil entre 1821 e 1993, e por seus governos provinciais desde os primeiros disponíveis para cada província para o fim da primeira República em 1930. Os Relatórios Presidenciais Provinciais (1830-1930) podem ser acessados em: <http://www-apps.crl.edu/static/brazil/hartness/>. Os relatórios da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas que trata dos indígenas está disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/indians.html>, Acesso em: 11 jan. 2019.

¹⁴ Segundo Serafim Leite (1943b, p. 223), o governo da Missão ou Vice-Província era do Superior da Missão ou Vice-Provincial. Além disso, havia o cargo de Visitador Geral, nomeado pela autoridade mais alta que o Superior. A jurisdição do visitador, durante o tempo da visita, era suprema.

A relação do padre Manuel Justiniano de Seixas com a história da cidade de Barreirinha é tão representativa que ainda hoje podemos encontrar referências ao padre na cidade. A Figura 2 é de uma escola em Barreirinha que recebe o nome do Padre Seixas.

Figura 2: Escola Estadual Padre Seixas, em Barreirinha.



Fonte: Lima Schwade (2021).

Além desse vocabulário, Francisco Bernardino de Souza (1875) cita que o Pe. Manuel Justiniano de Seixas, vigário do Andirá, estava escrevendo um compêndio da doutrina cristã, em língua geral, naquele ano. Souza, inclusive, transcreveu o capítulo preliminar dessa doutrina escrita por Seixas (SOUZA, 1875).

No Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Nimuendajú ([1883-1945] 2017) podemos observar a localização da Missão dos Tupinambaranas e da Missão do Andirá na área estudada. Na Figura 3, recortada do referido mapa, é possível acompanhar a migração dos Tupinambaranas da ilha até o rio Tapajós e a localização da missão do Andirá, no rio que recebe o mesmo nome.

Figura 3: Recorte do Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes: Missão dos Tupinambaranas e Missão do Andirá.



Fonte: Nimuendajú ([1883-1945] 2017).

A respeito do local onde as cidades de Parintins e Barreirinhas estão situadas atualmente, notamos que a escolha está relacionada com a história das Missões dos Tupinambaranas e do Andirá, respectivamente.

PARINTINS

Parintins está localizada à margem direita do rio Amazonas, na extremidade oriental da ilha Tupinambarana. Em 1796, o local era uma fazenda, comandada pelo português José Pedro Cordovil, que se estabeleceu na ilha para trabalhar com a pesca do pirarucu, trazendo consigo escravos e agregados e, ao tomar posse da terra, deu-lhe o nome de Tupinambarana. Posteriormente, ao receber da rainha, Dona Maria I de Portugal, um vasto terreno a título de sesmaria em outro local, Cordovil ofertou a fazenda à rainha. Em 1804, D. Maria I eleva o sítio com o nome de Vila Nova da Rainha. Em 1833, com a organização da Comarca do Alto Amazonas, o local foi elevado à freguesia, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. Ainda sendo província do Pará, em 1848, recebeu a denominação de Vila Bela da Imperatriz. Em 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de província. Em seguida, em 1858, a Comarca de Parintins foi criada, congregando as vilas de Maués e Bela da Imperatriz. Somente em 1880, a vila foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Parintins (MELLO, 1967; SOUZA, 1875; IBGE, 2020b) (Figura 4).

Figura 4: Orla atual de Parintins.

Fonte: Lima Schwade (2021).

BARREIRINHA

Barreirinha, situada à margem direita do Paraná do Urariá, ou Paraná do Ramos, possui suas raízes na missão do Andirá. Mello (1967, p. 81) sugere que a antiga localidade da cidade seja a atual Freguesia do Andirá, localizada à margem direita do rio Andirá, associando também o local da freguesia com lugar da missão. Sobre a primeira sede do município, antes mesmo da missão do Andirá ser oficialmente criada pela Resolução 76, de 2 de outubro de 1848, pela província do Pará, o local era uma fazenda de gado comandada por Manoel da Silva Lisboa (MATOS, 1856). Durante a revolução da Cabanagem (1835-1840), o lugar foi destruído e incendiado em um combate entre os indígenas liderados pelo índio Crispim Leão e os colonos da fazenda. Nesse embate, Crispim Leão foi morto e a propriedade foi abandonada, sendo retomada somente em 1848, sob o comando do frei capuchinho Pedro de Ceriana.

Conforme Mattos (1856), em 23 de outubro de 1852, a missão foi elevada a Curato, com subordinação à Vila Bela da Imperatriz e, em 1853, tornou-se freguesia com invocação de Nossa Senhora do Bom Socorro do Andirá. Em 1873, a sede foi transferida para o atual lugar da sede do município, recebendo o nome de Nossa Senhora do Bom Socorro das Barreirinhas, e o local antigo ficou sendo Freguesia do Andirá, nome atual da localidade. Em

1881, a nova sede foi elevada à categoria de vila com o nome Vila Nova de Barreirinha. Entre 1891 e 1938, por termos judiciários, o comando da vila foi exercido, intercaladamente, pela comarca de Parintins e Maués. Somente em 31 de março de 1938, pelo Decreto-Lei nº. 38, Barreirinha foi elevada à categoria de cidade (Figura 5).

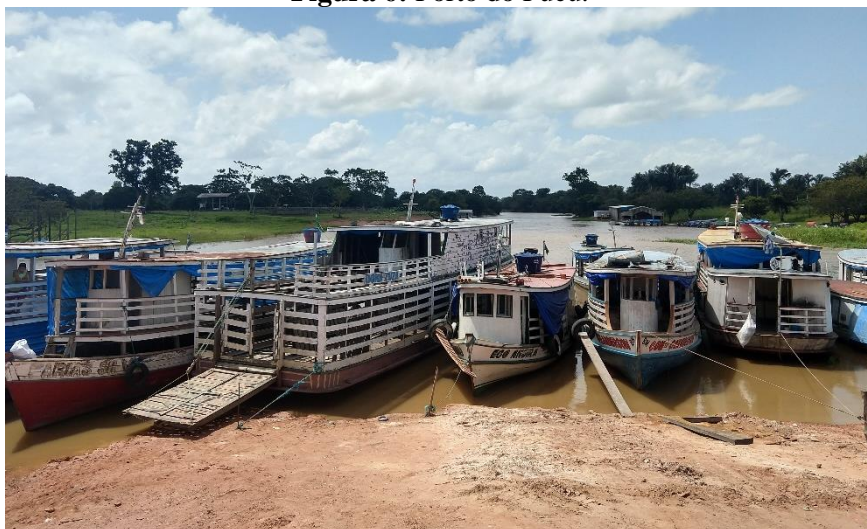
Figura 5: Orla atual de Barreirinha.



Fonte: Lima Schwade (2021).

Na atual cidade de Barreirinha, há dois portos fluviais: um principal, em frente à cidade, a beira do paraná do *Urariá*, e outro secundário, chamado Porto do *Pucú*, onde indígenas e ribeirinhos têm acesso ao rio Andirá. Além disso, é a partir desse porto que as embarcações partem para a atual localidade da Freguesia do Andirá (Figura 6).

Figura 6: Porto do Pucú.



Fonte: Lima Schwade (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do artigo foi situar a chegada da Língua Geral Amazônica na região do Médio Rio Amazonas, mais precisamente nos municípios de Parintins e Barreirinha, no Estado do Amazonas. Nosso interesse em compreender esse caminho histórico da LGA, relacionando-a com a história das missões e das cidades em questão, é necessário para entendermos de que forma os falantes de LGA atuais aprenderam e mantiveram a língua, em uma região onde, majoritariamente, temos falantes de Português e Sateré-Mawé. Esse conhecimento fortalece os laços culturais e linguísticos desses falantes com a região do Médio Rio Amazonas.

REFERÊNCIAS

_____, **“Tupi” do Rio Andirá: O Nheengatu no Médio Rio Amazonas**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641280>. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Barreirinha. História.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/historico>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. **Parintins. História.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/historico>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ACUÑA, Cristóbal de. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas**. Edição, tradução e introdução Antônio R. Esteves. Coleção Orellana. Edição Bilíngue. Uruguai, [1641] 1994.

AYROSA, Plínio. **Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani**. Boletim nº. 169 (Etnografia e Tupi-Guarani nº. 28). 2. ed.. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1954.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Notas sobre a política jesuítica da língua geralna Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José R. Bessa; ROSA, Maria Carlota(Orgs.). **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no PeríodoColonial**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003, p. 85-112.

BETTENDORFF, João Filippe. **Compendio da Doutrina Christãa na LinguaPortugueza, e Brasilica**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

BETTENDORFF, João Filippe. **Crônica dos padres jesuítas da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves e Secretaria de Estado da Cultura, [1687]1990.

- CRUZ, Aline; SILVA, Raynice Geraldine Pereira; LIMA SCHWADE, Michéli Carolíni de Deus. Transformações no sistema estativo em três variedades de Nheengatu do Amazonas. **MOARA**, v. 1, p. 160-185, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v0i58.10854>
- DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1776] 2004.
- FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, [1949] 1963.
- HERIARTE, Mauricio de. **Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Viena, Áustria: Ed. do Autor, 1874.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Características Gerais dos Indígenas. **Censo 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm. Acesso em: 21 jul. 2014.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943a.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b.
- LIMA-SCHWADE, Micheli Carolini de Deus. **Descrição fonético-fonológica do Nheengatu falado no Médio Rio Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Manaus, Manaus, 2014. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4610>. Acesso em: 18 set. 2020.
- MATTOS, João Wilkens de. Alguns esclarecimentos sobre as missões da Província do Amazonas. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil**, Tomo XIX, [1856] 1898, p. 124-131.
- MELLO, Octaviano. **Topônimos Amazonenses: nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- MÉTRAUX, Alfred. Migrationshistoriques des Tupi-Guarani. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 19, p. 1-45, 1927.
- MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra. Contribuição Cultural IBM Brasil, [1759] 1987.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes** [recurso eletrônico]. 2. ed. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017.

NIMUENDAJÚ, Curt. The Mawéandthe Arapium. In: J. Steward (Org.). **The Handbook of South American Indians (III)**. Washington: U.S. Gov. & Smithsonian Institution, [1948] 1963.

RODRIGUES, AryonDall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.**, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

SILVA, Raynice Geraldine Pereira da. **Estudo morfossintático da língua Sateré-mawé**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1612183>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOUZA, Francisco Bernardino de. **Comissão do Madeira**. 2ª. parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

Artigo recebido em: 29 de maio de 2023.

Artigo aceito em: 01 de setembro de 2023.

Artigo publicado em: 04 de setembro de 2023.